



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10423 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

PROFESSORAS NEGRAS UNIVERSITÁRIAS: MILITÂNCIA E IDENTIDADE

Maria do Rosario de Fatima Vieira da Silva - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO

PROFESSORAS NEGRAS UNIVERSITÁRIAS: MILITÂNCIA E IDENTIDADE

RESUMO

O estudo teve como objetivo geral discutir sobre o processo de formação das identidades da mulher negra que atuam no ensino superior em Parnaíba. Especificamente: identificar a participação delas em movimentos sociais, ONGs ou outras formas de atuação social e política; conhecer possíveis situações de preconceito e discriminação vivenciadas; refletir de que forma estas experiências impactam na formação/afirmação de suas identidades negras. A abordagem da pesquisa foi de natureza qualitativa de cunho narrativo e teve como instrumento de produção dos dados o memorial de vida e formação. As participantes foram quatro professoras negras que atuavam na Universidade Federal do Piauí e Universidade Estadual do Piauí na cidade de Parnaíba. Os resultados do estudo apontam que processo de se reconhecer negra teve grande relevância na formação das identidades dessas mulheres, pois ao se apropriarem de um olhar crítico desvelaram, questionaram e combateram o preconceito e a discriminação a que estavam submetidas no âmbito da vida pessoal e profissional, bem como experimentaram o sentimento de satisfação e orgulho das mulheres que se tornaram.

PALAVRAS-CHAVE: Professoras Negras Universitárias. Militância. Identidade.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o debate sobre as identidades negras envolve inúmeras questões que os oprimem, bem como vai ao encontro da defesa de seus direitos civis, políticos, culturais e sociais e tem como objetivo reverter a situação de vulnerabilidade e invisibilidade social a que está submetido este grupo étnico desde longas datas. Nesse atual cenário de discussões, a organização de mulheres negras em torno de movimentos que visem combater as desigualdades raciais vem ganhando espaço. Tal organização é resultado da discussão sobre as categorias raça e gênero que tem contribuído para a reflexão e adoção de medidas legais que visem combater a discriminação e a exclusão dessas mulheres em diversos espaços

sociais.

A emergência da discussão sobre as identidades tem cerne na segregação vivenciada por alguns grupos na contemporaneidade e na luta pelo reconhecimento das diferenças. Entre estes grupos está o das mulheres negras. Dito isso, a pesquisa pretendeu de forma geral discutir sobre o processo de formação das identidades da mulher negra que atuam no ensino superior em Parnaíba. Especificamente visou identificar a participação delas em movimentos sociais, ONGs ou outras formas de atuação social e política no que se refere a mulher negra; conhecer possíveis situações de preconceito e discriminação vivenciadas no âmbito social ou profissional e refletir de que forma estas experiências impactam na formação/afirmação de suas identidades negras.

O percurso metodológico trilhado teve como base a pesquisa qualitativa de cunho narrativo. A utilização das narrativas através do memorial de vida e formação favoreceu o encontro com suas subjetividades, uma tomada de consciência sobre as experiências vividas e as contribuições disso para a formação de suas identidades enquanto mulheres negras.

O universo empírico da pesquisa esteve constituído por duas universidades públicas da cidade de Parnaíba-PI: Universidade Federal do Piauí – UFPI e Universidade Estadual do Piauí. O corpus foi composto de quatro (04) professoras negras: duas (02) da UESPI e duas (02) da UFPI. O critério de seleção das interlocutoras do estudo é que elas fizessem parte do quadro de docentes efetivas das instituições mencionadas acima, apresentassem traços fenotípicos de indivíduos pretos e pardos e se autodeclarassem negras. Visando garantir seus anonimatos, elas foram cognominadas com nomes de instrumentos musicais da cultura africana: Kora, Ghaita Africana, Lira Africana e Kalimba.

A fase da análise dos dados esteve estruturada no pensamento de Bardin (2006) que propõem a análise de conteúdo, o que contribuiu para uma leitura das narrativas para além dos significados expressos e favoreceu o entendimento do que estava nas entrelinhas, porém implícito nas mensagens.

A seguir apresentamos alguns fragmentos dos relatos das professoras que participaram do estudo.

DESENVOLVIMENTO

No contexto deste estudo, a compreensão das identidades negras está relacionada à ideia de que elas são construções sociais, históricas, culturais e plurais e de acordo com Gomes (2005, p. 43) requer “a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro”. A autora destaca que é necessário pensar que a construção das identidades também tem uma dimensão política, uma tomada de consciência a respeito da importância da contribuição deste segmento etnicorracial para toda a história do Brasil. Esta tomada de consciência é identificada através da atribuição de novos sentidos à luta e organização destes atores sociais em torno da militância de combate à exclusão social.

Nos relatos das partícipes identificamos relevantes informações que elucidaram pontos importantes sobre suas identidades enquanto mulher negra:

Quando eu me deparo a pensar [...] essa questão [...] em torno da relação etnia e gênero e como isso influencia na formação da minha identidade como mulher, como professora, como negra.

[...] eu assumo explicitamente a minha condição de mulher, a minha condição política, social e cultural como mulher negra, oriunda das classes populares, profissional da educação preocupada com a transformação social.

Em relação ao fato de estar na condição de ser mulher e de ser negra e de que se isso, de algum modo tem influenciado na minha trajetória educacional e profissional é claro que sim. Se eu dissesse que não estaria negando toda uma história de preconceito e de discriminação que venho sofrendo junto com os negros desse país e de outros países.

[...]

Como ser negra e mulher fosse um defeito. E isso para mim, é algo incabível. É incabível no sentido de **que eu luto para que isso seja combatido**.

E isso influenciou [..] no sentido positivo. Por quê?

Porque **fui despertando** e na medida em que ia despertando eu ia **tentando contribuir para que outros despertassem também**. (Ghaita Africana, grifo nosso)

As identidades são formadas, paulatinamente, numa dinâmica que abrange diversos fatores, causas e consequências, as que vão desde as primeiras relações sociais que estabelecemos na interação com grupos mais próximos até as mais distantes. A despeito, Hall (2006) nos fala do conceito de “celebração móvel”, onde postula que as identidades dos indivíduos são construídas social e historicamente a partir das vivências cotidianas, nos mais variados espaços por onde estes sujeitos transitam, nos relacionamentos estabelecidos com diferentes pessoas seja na esfera pública ou privada se confrontando com uma variedade de atores e condutas sociais que atuam sobre a formação da sua identidade.

As narrativas expressam que elas estiveram filiadas a partidos políticos de esquerda, atuaram em sindicatos, movimentos sociais, ONGs[2] entre outras importantes formas de organizações que lutavam em favor dos grupos menos favorecidos, embora não tratassem diretamente da questão da mulher negra.

A minha participação no movimento social, aconteceu devido ao meu envolvimento com várias atividades na Igreja Católica. **Gosto de dizer que foi essa instituição, a minha primeira universidade e que me abriu todos os espaços que conquistei**. No início da década de 80, através da pastoral de Juventude[...].

[...] Bem antes de chegar a universidade já me familiarizava com expressões da teoria marxista, como classe oprimida e classe opressora, dialética, participação e organização de classe [...].

Daí não parei mais e fui me articulando com outros movimentos, com pessoas de outros estados e já participava de eventos nacionais [...]

Me filei no sindicato dos professores e no Partido dos trabalhadores. Participei de eventos estaduais e nacionais da CUT – Central Única dos Trabalhadores. **A nível estadual participei da organização do Movimento Cultural Coisa de Negro e a nível local organizei um grupo de consciência negra**.

Participei mais recentemente da ONG Aliança Mandu[3] (Kora, grifo nosso)

Nos depoimentos constatamos que a trajetória de militância e a atuação política

dessas mulheres têm relação direta com suas histórias de vida. A singularidade de suas vivências levou-as a assumirem relevantes posicionamentos políticos frente as causas que lhes atingiam diretamente; entre elas, a exclusão por causa da questão de raça e gênero, tal caminhada revela que viveram um processo de tensão, embates e conquistas.

O depoimento de Kora a demonstra o peso da experiência na Igreja Católica no seu processo de politização e tomada de consciência. Pereira (2000, p. 6) postula: “são os movimentos dentro e fora do universo das instituições religiosas que primam pela busca da identidade étnica e cultural, para que os indivíduos, [...], nesta sociedade, possam, a partir daí, buscar resgatar a sua cidadania, seu valor de pessoa humana”

Kalimba esclarece “não sou uma pessoa muito atenta à discriminação”. Munanga (1996, p. 214-215) afirma que o brasileiro tem uma tendência natural a não assumir sua postura de discriminar o outro pela cor da pele: “o racismo brasileiro na sua estratégia age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos”.

Reconhecer a existência do preconceito é um passo importante para combatê-lo. A militância dessas mulheres em diversos espaços, movimentos e instituições que objetivavam questionar a realidade de desigualdade em que está imerso nosso país, contribuiu de forma significativa para que elas passassem por um processo de tomada de consciência e, conseqüentemente, fortalecessem a luta contra as desigualdades baseadas nas relações de gênero, raça/etnia e classe social.

Quando eu descobri que era oprimida não só porque eu era pobre e sim também porque eu era negra e mulher, de algum modo isso [pausa] gerava um sentimento [...] de inferioridade. Sentimento este que foi sendo substituído gradativamente por uma outra visão, por outro olhar na medida em que cada vez eu ia estudando mais eu ia compreendendo melhor toda essa complexidade. (Ghaita Africana, grifo nosso)

É exatamente neste contexto de tomada de consciência mediante enfrentamento das situações de adversidades pela sua condição de professora negra que formam suas identidades. Castells (2000, p. 24) afirma que numa realidade marcada pelas relações de poder existem três diferentes formas de se conceber as identidades: legitimadora, de resistência e de projeto.

Identidade de resistência [...] criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...]

Identidade de projeto [...] quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Nos relatos das partícipes encontramos indícios de que suas identidades estão fortemente marcadas pelas identidades de resistência e de projeto. A primeira porque

demonstra a existência de uma consciência sobre a situação de marginalização em que a maioria das mulheres negras se encontra e, diante disso, estabelecem estratégias de resistência, manifestando insatisfação e se afirmando como pessoas de direitos que se posicionam contrariamente a essa realidade. A segunda porque a resistência tomou forma e se concretizou em projetos que vislumbravam de forma consciente transformar a estrutura social que submete, desqualifica, discrimina e exclui as mulheres negras.

CONCLUSÃO

O estudo revelou que nenhuma das professoras mencionou militância/participação em movimentos que tratassem especificamente da questão da mulher negra. O processo de atuação delas esteve voltado para a discussão sobre o negro numa perspectiva mais ampla, contudo, é preciso lembrar que no processo de luta deste grupo étnico, a mulher negra enfrenta um duplo obstáculo: a questão de raça e de gênero, portanto a luta deve contemplar as especificidades do que é ser mulher negra. Entretanto, suas participações e lutas em outros grupos e movimentos contribuíram para questionar uma realidade posta no contexto em que estavam inseridas e, sobretudo, refletiram e adotaram ações objetivando transformar estes contextos, principalmente no que se refere a criar situações de debate sobre a temática etnicorracial.

Os resultados identificam, também, que neste processo de luta o preconceito e a discriminação estiveram presentes em suas trajetórias, causando sofrimento e provocando efeitos subjetivos relacionado à dor. Contudo, esforço, resistência, resiliência, consciência crítica e protagonismo social são palavras-chave para se compreender como estas professoras romperam as barreiras da intersecção raça/etnia, gênero e classe social para ascenderem à docência superior.

O processo de reconhecer-se negra teve grande relevância na formação das identidades dessas mulheres, pois ao se apropriarem de um olhar crítico desvelaram, questionaram e combateram o preconceito e a discriminação a que estavam submetidas no âmbito da vida pessoal e profissional, bem como experimentaram o sentimento de satisfação e orgulho das mulheres que se tornaram.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Portugal: Edições 70, 2006.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e terra, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação Anti-racista**. Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Estratégias e políticas de combate a discriminação racial**. São Paulo: EDUSP, 1996.

PEREIRA, Dirceu do Socorro. (2000). **Sincretismo, ecumenismo ou inculturação?** **Inquice**. Revista de Cultura. Disponível em: www.inquice.ufba.br/01dirceu.html>. Acesso em: abril 2020.

[2] Organizações não governamentais.

[3] Movimento de Articulação Norte Piauiense Para o Desenvolvimento Sustentável.